

# Notas para a História da Reforma Administrativa no Brasil

LUÍS CARLOS JÚNIOR

## 1.<sup>a</sup> PARTE

### PANORAMA GERAL ANTERIOR A 1930

#### Capítulo XXIII

ARTUR BERNARDES

**A**TREMENDA oposição sofrida pelo Presidente Epitácio nos últimos tempos de seu atribulado e brilhantíssimo govêrno não era na realidade dirigida à sua pessoa mas à figura que o oficialismo escolhera para ocupar o Catete de 1922 a 1926.

Ao nome do Dr. Artur Bernardes, indicado pelas forças políticas majoritárias à suprema investidura da Nação, as hostes oposicionistas contrapuseram o do Dr. Nilo Peçanha, antigo Presidente da República e antigo Chanceler, que aceitou a prebenda de chefiar a Reação Republicana.

A luta foi das mais acesas, quiza a mais séria de quantas se realizaram em tôrno de sucessões presidenciais. Não se limitou aos trâmites da campanha eleitoral nem à realização do pleito. Foi muito além dêste, degenerando em pronunciamentos que redundaram na prisão do Marechal Hermes e no fechamento do Clube Militar e culminaram no episódio do Forte de Copacabana já referido no final do capítulo anterior. As arruaças se reproduziram com freqüência. Na Rua do Passeio, Largo da Lapa e adjacências, o povo aglomerado entoava canções carnavalescas alusivas ao prélio eleitoral, enquanto no interior do Clube dos Diários (1) se realizava o grande banquete em que o candidato oficialmente eleito lia a sua plataforma de govêrno aos membros da Convenção Nacional. “O povo prefere a goiabada campista! entoavam em alarido ensurdecador, logo sucedido pelo famoso estribilho: “Ai, seu Mé! Ai Mé, Mé! lá no Pa-

lácio das Aguias, olé! não hás de pôr o pé!”. De quando em quando a polícia intervinha e tentava dissolver a multidão a pata de cavalo. Havia correrias, gritos, protestos, quedas, mas logo depois, numa obstinação, o estribilho voltava a envolver e dominar tudo: “La no Palácio das Aguias, olé! não hás de pôr o pé!”.

Era essa a atmosfera com que o povo da Capital da República, sempre oposicionista, sempre infenso às esferas governamentais, cercava o homem que as urnas haviam indicado à direção suprema do país.

Como haveria o Dr. Artur Bernardes de governar tranqüilamente e de, por quatro anos, conduzir o Brasil aos seus altos destinos, se, antes ainda de empossar-se, ânimos se acirravam contra a sua pessoa, de todos os cantos repontavam hostilidades e até canhões já haviam previamente troado contra êle?

A expectativa era das mais pessimistas a 15 de novembro de 1922, quando o Presidente eleito nas urnas e reconhecido pelo Congresso Nacional pôs oficialmente o pé no famoso Palácio das Águias.

No entanto, o govêrno que nessa data se iniciou, se não foi o mais brilhante da chamada República Velha, foi, pelo menos, um dos mais fecundos para a economia nacional. Atente-se, por exemplo, para o câmbio, que os empreendimentos e acontecimentos faustosos da gestão anterior haviam atirado para baixo de 4, e que, malgrado os pronunciamentos militares, os estados de sítio e a inquietação dominante no país, se elevava quase a 8 a 15 de novembro de 1926. Compulsem-se as estatísticas e será verificado que as indústrias em nosso país se desenvolverem muito mais no quadriênio Bernardes que em qualquer outro da República.

O índice econômico-financeiro demonstra que o Presidente Artur Bernardes teria realizado um govêrno talvez sem par se o país se mantivesse em calma e se tôdas as nossas forças vivas se congre-

(1) Hoje Automóvel Clube do Brasil.

gassem em torno do ideal comum da grandeza da pátria. Mas, nos países latino-americanos, que se supõem fadados à democracia, o povo, na realidade, só se aquieta sob o domínio de caudilhos que lhe subtraem precisamente, as principais prerrogativas democráticas. A mudança periódica dos governantes gera ambições que não se limitam às épocas das campanhas para a sucessão, que as ultrapassam e agitam, por vêzes, um período presidencial inteiro, como se deu no quadriênio de 1922-1926. Deodoro não terminou o seu mandato. Floriano teve os dias agitados que se conhecem. Prudente não escapou à regra e, por pouco, tomba às mãos de um visionário. Campos Sales deixa o poder entre apupos, alcunhado Campos "Selos", em razão dos impostos que teve de decretar para salvar as nossas finanças em delíquio. Rodrigues Alves tem de combater a revolta contra a vacina obrigatória e enfrentar os cadetes da Escola Militar. Afonso Pena não resiste à imposição do nome de seu sucessor. Nilo Peçanha passa fugazmente pelo governo para assegurar ao Marechal Hermes um dos quadriênios mais agitados da República. Wenceslau Braz, à parte o Contestado, não tem a guerra interna mas enfrenta a guerra externa, que lhe proporciona, aliás, paradoxalmente, um ambiente de paz dentro de nossas fronteiras. Contra Epiácio Pessoa agita-se parte da guarnição do Rio de Janeiro e troam os canhões de Copacabana, que visam, de resto, na realidade, menos o Presidente cujo mandato vai findar que o futuro ocupante do Catete. Contra êste era só seguir a regra.

A 5 de julho de 1924 irrompe na Capital de São Paulo um sério movimento revolucionário, com irradiações em outros pontos do Estado. O Presidente daquela unidade federativa, Dr. Carlos de Campos, vê-se, com seus Secretários e alguns amigos, cercado pelos revoltosos no Palácio dos Campos Elíseos. O levante, levado a efeito diretamente contra o chefe do Executivo paulista, visa, indiretamente, o poder central do Dr. Artur Bernardes. A escolha da data para o início das operações é sugestiva. O Dr. Carlos de Campos consegue abandonar o Palácio e estabelece a sede do governo estadual em um vagon da Central do Brasil estacionado no subúrbio paulista de Garciaúna. Chefia os revolucionários o General reformado Isidoro Dias Lopes. Chefia as tropas legalistas, que haviam sido remetidas de outros pontos do Estado, da Capital Federal e até de Minas Gerais, o General Eduardo Sócrates. Entre as forças legalistas acantonadas nas imediações da ci-

dade em poder dos revoltosos, figura, pela primeira vez em fastos da História do Brasil, o nome do então Capitão Eurico Gaspar Dutra (2). A luta que se trava é cruenta. Em vão os legalistas tentam poupar São Paulo de destruição por bombardeio. Torna-se, entretanto, necessário êsse recurso extremo para intimidar os rebeldes. As bôcas de fogo são, então, assestadas para os arrabaldes mais afastados, para as zonas fabris e para os quartéis e pontos estratégicos. Começam a irromper os incêndios. Os paulistanos, que a princípio haviam recebido com simpatia os invasores, impacientam-se, desiludem-se, anseiam pelo fim daquela desolação. O cêrco aperta-se, a fome começa e a trégua, afinal, se anuncia, com a rendição às tropas legalistas daquêles que não haviam conseguido bater em retirada.

Foi um episódio terrível, de conseqüências funestas, mas do qual o Governo Artur Bernardes saiu mais fortalecido de que antes, disposto a manter a todo custo o princípio da autoridade constituída.

Manter o princípio da autoridade constituída, parece, aliás, ter sido o traço característico do governo iniciado em 1922, o qual, para fortalecer-se e assegurar ainda mais os seus poderes, chegou a levar a efeito a reforma da Constituição de 1891, até então supersticiosamente considerada intangível.

Introduzidas na Cartã Magna as modificações julgadas necessárias à amplitude da ação do Executivo, não foi difícil ao Governo Central corrigir nas situações estaduais aquilo que não lhe parecia condizer com os princípios democráticos do país. A Constituição do Rio Grande do Sul permitia a reeleição do respectivo Governador. Por meio de hábeis *demarches* políticas, que culminaram no chamado "Tratado de Pedras Altas", o Presidente da República conseguiu encerrar o domínio permanente do Sr. Borges de Medeiros naquele Estado, em cujo governo já se mantinha por mais de cinco lustros.

A Lei da Imprensa, votada de afogadilho pelo Congresso, é outra conseqüência dos recursos de que o Governo precisava utilizar-se para manter a integridade de seu prestígio. "*Lei Celerada*" chamaram-lhe, desde logo, os jornais da oposição. Supunha-se que o povo não teria mais como ser informado das violências ou excessos praticados

(2) Ver CIRO COSTA e EURICO DE GÓIS — *Sob a Metralha*, São Paulo, 1924, pág. 121.

pelo governo. Mas como um dos dispositivos da famosa lei permitia a publicação na íntegra dos discursos pronunciados no Congresso Nacional, desde que visados pelos presidentes das duas Câmaras, nada se passou naquela época que os jornais não publicassem e que o país não soubesse.

O povo tinha, aliás, muito por onde ficar satisfeito, apesar de julgar tão mal o seu Presidente.

Cabe ao Dr. Artur Bernardes a instituição das Caixas de Aposentadoria e Pensões, primeiro passo dado entre nós para a nova legislação social. Cabe-lhe, também, a concessão do famoso aumento de vencimentos ao funcionalismo, conhecido sob o nome de "Tabela Lira", em virtude de ter sido o projeto de lei apresentado pelo saudoso Senador João Lira.

Assumido o governo a 15 de novembro de 1922, o Dr. Artur da Silva Bernardes organizou o seguinte ministério:

*Justiça e Negócios Interiores* — Dr. João Luiz Alves;

*Exterior* — Dr. José Félix Alves Pacheco;

*Fazenda* — Dr. Rafael de Abreu Sampaio Vidal;

*Viação e Obras Públicas* — Dr. Francisco Sá;

*Agricultura* — Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida;

*Guerra* — General Setembrino de Carvalho;

*Marinha* — Almirante Alexandrino de Alencar.

Três desses ministros foram substituídos no curso do quadriênio: o Dr. Sampaio Vidal pelo Dr. Anibal Freire da Fonseca, na pasta da Fazenda; o Dr. João Luiz Alves pelo Dr. Afonso Pena Júnior, na da Justiça; e o Almirante Alexandrino pelo Contra-Almirante Arnaldo Pinto da Luz, na da Marinha.

Entre os auxiliares imediatos do Presidente Artur Bernardes, não deve ser passado em silêncio o nome do Marechal Carneiro da Fontoura, Chefe de Polícia do Distrito Federal, cuja atuação tantos comentários suscitou e que se manteve sempre em

estreita colaboração com o General Santa Cruz, Chefe da Casa Militar da Presidência e orientador da polícia-política da época.

Esses dois oficiais generais, imbuídos do espírito de esteios da legalidade, parecem ter sido os principais responsáveis pela atmosfera pesada da Capital da República e pelo excesso de precauções tomadas em torno da pessoa do Presidente. A eles se devem o isolamento do então ocupante do Catete e as dificuldades quase insuperáveis que o povo encontrava para ter contatos com o Chefe da Nação, que recebeu, por isso, o epíteto de "Homem que ninguém não viu".

O autor destas Notas viu o *Homem*, em Paris, e com ele teve a felicidade de conversar por três horas consecutivas sobre os acontecimentos desenvolvidos no Brasil durante o seu agitado quadriênio. Dessa entrevista nasceu a convicção inabalável de que a principal causa da oposição que se moveu ao Dr. Artur Bernardes esteve sempre na distância mantida entre a sua pessoa e os que o combatiam sem o ver. Todos os que tivessem a oportunidade de se lhe aproximar teriam experimentado o fascínio de sua personalidade e compreendido as razões por que o destino o conduzira às culminâncias de sua Pátria. Durante as três horas da entrevista inesquecível, nenhuma palavra corriqueira, nenhum termo inadequado, nenhuma expressão deselegante. Para a perfeita identificação do Chefe de Estado que recebe credenciais faltava apenas a faixa verde-amarela.

O que ouvimos de seus lábios, nessa noite, na intimidade de um lar instalado longe da pátria, repetiu-o ele, mais tarde, com maior eloquência, no discurso pronunciado ao tomar posse da cadeira para que fôra eleito, no Senado Federal.

Todos os aspectos de sua discutida gestão foram nesse discurso abordados e cabalmente defendidos. Lei de Imprensa, Clevelândia o "caso Niemeyer", a Revolução de São Paulo — tudo foi pôsto em seus devidos lugares. A pseudo-reclusão em que atravessara o quadriênio inspirou-lhe esta frase lapidar, de sabor wildeano:

— "Tive a suprema coragem de parecer covarde!"